



Solução de Consulta nº 112 - Cosit

Data 26 de março de 2019

Processo

Interessado

CNPJ/CPF

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ementa: RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES NA FONTE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. GLOSAS MÉDICAS. EXCLUSÃO DE VALORES GLOSADOS POR PLANOS DE SAÚDE DAS BASES DE CÁLCULO.

Os documentos fiscais devem refletir a realidade dos fatos. A base de cálculo da retenção é o valor bruto da nota ou documento fiscal.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.474, de 1968, art. 20; Lei nº 8.846, de 1994, arts. 1º e 2º; Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; Instrução Normativa SRF nº 459, de 2004; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, art. 2º, § 10; Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, arts. 23 e 24.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SC COSIT Nº 136, DE 2016, E À SC COSIT Nº 4, DE 2017.

Ementa: COMPENSAÇÃO. RESTITUIÇÃO.

O valor de tributo retido na fonte com base no art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003, quando não for possível sua dedução do valor a pagar do respectivo tributo calculado ao término do seu período de apuração, somente poderá ser restituído ou compensado a partir do mês subsequente ao do término desse período, na forma do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), arts. 165 e 170; Lei nº 8.981, de 1995, art. 57; Lei nº 9.430, de 1996, arts. 1º, 2º e 74; Lei nº 10.963, de 2002, art. 1º; Lei nº 10.833, de 2003, arts. 1º e 30; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 9º; e IN RFB nº 1.717, de 2017, art. 23 e 24.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 66, DE 2019.

Relatório

Trata-se de consulta apresentada pela pessoa jurídica em epígrafe, respeitante ao disposto na Instrução Normativa SRF nº 459, de 18 de outubro de 2004. De início, a peticionante afirma que seu questionamento se refere a esclarecimentos sobre glosas e retenções de tributos federais relativas à prestação de serviços médicos. Interroga se a importância que deve constar na nota fiscal corresponde ao valor total da prestação de serviço ou ao valor efetivamente recebido, líquido de glosas.

2. Alega a interessada que os planos médicos ora exigem retenção sobre o valor total, ora sobre o valor efetivamente pago. Entende que deve emitir suas notas fiscais de prestação de serviços médicos pela importância total, ao passo que as retenções de tributos devem incidir apenas sobre o valor efetivamente recebido.

3. Deseja que também seja abordada a questão da restituição de tais valores, isto é, “quando as glosas realmente se derem por não recebidas, ou seja, quando se esgotarem todas as possibilidades de recebimento”.

4. Neste rumo, formula três quesitos, a saber:

- a) a nota fiscal deve ser emitida pelo valor total do serviço prestado ou somente pelo valor líquido efetivamente recebido?
- b) a retenção de tributos deve ser efetuada sobre o valor total dos serviços prestados ou sobre o valor efetivamente recebido?
- c) após esgotadas todas as possibilidades de recebimento, como se deve proceder com a restituição dos tributos?

5. Ao final, a requerente presta as declarações exigidas pelo art. 3º, § 2º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013.

6. É o relatório, em apertada síntese.

Fundamentos

7. Já os demais questionamentos preenchem os requisitos legais de admissibilidade, razão por que esta autoridade deve deles conhecer. Nada obstante, frisa-se que a consulta não sobrestá o prazo para recolhimento de tributo retido na fonte nem o para entrega de declaração de rendimentos ou cumprimento de outras obrigações acessórias, tampouco sua solução convalida informações nela apresentadas, sem prejuízo do poder-dever do Fisco de verificar o efetivo enquadramento na hipótese abrangida pela respectiva decisão, consoante o art. 49 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e os arts. 9º, 11 e 28 da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013.

8. Acerca dos valores que devem constar nos documentos fiscais do contribuinte, já decidiu a Solução de Consulta nº 136 - Cosit, de 9 de setembro de 2016, que:

29. A Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, dispõe que o valor constante da fatura deve corresponder ao total pago pelos serviços prestados:

“Art . 20. As empresas, individuais ou coletivas, fundações ou sociedades civis, que se dediquem à prestação de serviços, poderão, também, na forma desta lei, emitir fatura e duplicata.

§ 1º A fatura deverá discriminar a natureza dos serviços prestados.

§ 2º A soma a pagar em dinheiro corresponderá ao preço dos serviços prestados.

§ 3º Aplicam-se à fatura e à duplicata ou triplicata de prestação de serviços, com as adaptações cabíveis, as disposições referentes à fatura e à duplicata ou triplicata de venda mercantil, constituindo documento hábil, para transcrição do instrumento de protesto, qualquer documento que comprove a efetiva prestação, dos serviços e o vínculo contratual que a autorizou.(Incluído pelo Decreto-Lei nº 436, de 27.1.1969)”

30. O art. 1º da Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994, trata da obrigatoriedade da emissão de notas fiscais no momento da efetivação da operação, esclarecendo que a emissão de nota fiscal em valor inferior ao valor efetivo da operação caracteriza omissão de rendimento:

*“Art. 1º **A emissão de nota fiscal**, recibo ou documento equivalente, relativo à venda de mercadorias, **prestação de serviços** ou operações de alienação de bens móveis, deverá ser efetuada, para efeito da legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, **no momento da efetivação da operação.***

§ 1º O disposto neste artigo também alcança:

a) a locação de bens móveis e imóveis;

b) quaisquer outras transações realizadas com bens e serviços, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 2º O Ministro da Fazenda estabelecerá, para efeito da legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, os documentos equivalentes à nota fiscal ou recibo podendo dispensá-los quando os considerar desnecessários.

*Art. 2º **Caracteriza omissão de receita** ou de rendimentos, inclusive ganhos de capital para efeito do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e das contribuições sociais, incidentes sobre o lucro e o faturamento, a falta de emissão da nota fiscal, recibo ou documento equivalente, no momento da efetivação das operações a que se refere o artigo anterior, bem como a **sua emissão com valor inferior ao da operação.**”*

(grifos do original)

9. Disso, infere-se que os documentos fiscais devem refletir a realidade dos fatos. Ressalte-se que as glosas descritas no objeto de consulta consistem na recusa em arcar com o preço do serviço, total ou parcial, por parte da operadora de plano de saúde, do valor da fatura apresentada pelo prestador, relativamente a determinado procedimento ou atendimento, observado o disposto na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 13.003, de 24 de junho de 2014, e na regulamentação pertinente editada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

9.1. Assim o prestador de serviços deve adotar as medidas suficientes para que a operação de prestação de serviço e a respectiva glosa de valores esteja devidamente comprovada e escriturada, inclusive por meio da emissão de novo documento fiscal, respeitados os limites permitidos pela legislação que rege a emissão dos documentos fiscais relativos à prestação de serviços.

10. Já o fato que enseja o dever de efetuar a retenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) é o pagamento efetuado nos termos do art. 30 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003:

Art. 30. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, estão sujeitos a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.

11. O disciplinamento administrativo da retenção instituída pela legislação acima citada, constante na Instrução Normativa nº 459, de 17 de outubro de 2004, determina que a base de cálculo da retenção é o valor bruto da nota ou documento fiscal e que o valor a ser retido, correspondente a cada espécie de contribuição, será determinado pelo próprio contribuinte mediante a aplicação, sobre o valor bruto do documento fiscal, das alíquotas respectivas às retenções efetuadas, nos termos que segue:

Art. 2º O valor da retenção da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep será determinado mediante a aplicação, sobre o valor bruto da nota ou documento fiscal, do percentual total de 4,65%, (quatro inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), correspondente à soma das alíquotas de 1% (um por cento), 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente, e recolhido mediante o código de arrecadação 5952.

[...]

Art. 7º Os valores retidos na forma do art. 2º serão considerados como antecipação do que for devido pelo contribuinte que sofreu a retenção, em relação às respectivas contribuições.

§ 1º Os valores retidos na forma desta Instrução Normativa poderão ser deduzidos, pelo contribuinte, das contribuições devidas de mesma espécie, relativamente a fatos geradores ocorridos a partir do mês da retenção.

§ 2º O valor a ser deduzido, correspondente a cada espécie de contribuição, será determinado pelo próprio contribuinte mediante a aplicação, sobre o valor bruto do documento fiscal, das alíquotas respectivas às retenções efetuadas.

12. Sobre isso, em caso análogo, a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que versa sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços determina que, em caso de

glosa, caso não haja a emissão de nova nota fiscal, a retenção deverá incidir sobre o total da nota fiscal:

Art. 2º Ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, os seguintes órgãos e entidades da administração pública federal:

[...]

§ 10. Em caso de pagamentos com glosa de valores constantes da nota fiscal, sem emissão de nova nota fiscal, a retenção deverá incidir sobre o valor original da nota.

(grifos nossos)

13. Portanto, o valor da base de cálculo da retenção é o valor bruto da nota fiscal original. Caso haja a emissão de nova nota fiscal, dentro dos limites permitidos pela legislação de regência dos documentos fiscais, a base de cálculo da retenção será o valor constante no novo documento fiscal.

14. Acerca do último questionamento da consulente, lembramos que os valores retidos são considerados antecipação do devido, conforme redação do susodito art.7º da IN 459, de 2008, e podem ser deduzidos, pelo contribuinte, das contribuições devidas de mesma espécie, relativamente a fatos geradores ocorridos a partir do mês da retenção.

15. No caso em que o valor da retenção ultrapasse o valor do tributo devido no período de apuração por motivos diversos já decidiu a Solução de Consulta Cosit nº 66, de 1º de março de 2019, em caso análogo, o seguinte:

15. O art. 170 do CTN prevê:

*“Art. 170. **A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.** (Vide Decreto nº 7.212, de 2010)*

Parágrafo único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo, porém, cominar redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.” (grifos não constam do original)

16. Esse artigo é direcionado ao legislador e não confere qualquer direito subjetivo ao sujeito passivo. O art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, autoriza a compensação de créditos tributários administrados por esta Secretaria:

*“Art. 74. **O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer***

tributos e contribuições administrados por aquele Órgão. (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

§ 1º A compensação de que trata o caput será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração na qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos compensados. (Incluído pela Lei nº 10.637, de 2002)

(...)

§ 14. **A Secretaria da Receita Federal - SRF disciplinará o disposto neste artigo**, inclusive quanto à fixação de critérios de prioridade para apreciação de processos de restituição, de ressarcimento e de compensação. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)

§ 15. (...)

(..)" (grifos não constam do original)

17. Dessa forma, o sujeito passivo poderá compensar crédito próprio passível de restituição ou ressarcimento. O art. 165 do CTN elenca as hipóteses passíveis de restituição:

"Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória." (grifos não constam do original)

18. Verifica-se que há três casos que dão direito à restituição de tributos, entre eles, cobrança ou pagamento de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido, que é o que se coaduna com a situação em análise.

19. Os valores retidos na fonte a título de IR, CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins são considerados como antecipação do devido. O tributo devido é determinado ao término do período de apuração. O IR tem período de apuração trimestral, na forma do art. 1º, **caput**, da Lei nº 9.430, de 1996, podendo o período de apuração ser anual, na hipótese de determinação do imposto com base no lucro real, quando houver opção por pagamentos mensais por estimativa, de acordo com o art. 2º, § 3º, da mesma lei. Isso se aplica à CSLL, em atenção ao art. 57, caput, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995:

Lei nº 9.430, de 1996

"Art. 1º A partir do ano-calendário de 1997, **o imposto de renda das pessoas jurídicas será determinado** com base no lucro real, presumido, ou arbitrado, **por períodos de apuração trimestrais**, encerrados nos dias 31 de março, 30

de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, observada a legislação vigente, com as alterações desta Lei.

§ 1º (...)

(...)

Art. 2º A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto, em cada mês, determinado sobre base de cálculo estimada, mediante a aplicação dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sobre a receita bruta definida pela art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, auferida mensalmente, deduzida das devoluções, vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 e nos arts. 30, 32, 34 e 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995. (Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014)

§ 1º O imposto a ser pago mensalmente na forma deste artigo será determinado mediante a aplicação, sobre a base de cálculo, da alíquota de quinze por cento.

§ 2º (...)

§ 3º **A pessoa jurídica que optar pelo pagamento do imposto na forma deste artigo deverá apurar o lucro real em 31 de dezembro de cada ano, exceto nas hipóteses de que tratam os §§ 1º e 2º do artigo anterior.**

§ 4º Para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica **poderá deduzir do imposto devido o valor:**

I - dos incentivos fiscais de dedução do imposto, observados os limites e prazos fixados na legislação vigente, bem como o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;

II - dos incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

III - **do imposto de renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;**

IV - do imposto de renda pago na forma deste artigo.” (grifos não constam do original)

Lei nº 8.981, de 1995

“Art. 57. **Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro (Lei nº 7.689, de 1988) as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto de renda das pessoas jurídicas, inclusive no que se refere ao disposto no art. 38, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor, com as alterações introduzidas por esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.065, de 1995)**

§ 1º (...)

(...)” (grifos não constam do original)

20. Assim, somente ao término de período de apuração e após essa apuração é que se saberá se há tributo indevido ou maior que o devido, sujeito à restituição e, portanto, passível de compensação. Por outro lado, a

Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins com incidência cumulativa (ver item 4 acima) têm período de apuração mensal, conforme, respectivamente, o art. 1º da Lei nº 10.673, de 30 de dezembro de 2002, e art. 1º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003:

Lei nº 10.673, de 2002

Art. 1º A Contribuição para o PIS/Pasep, com a incidência não cumulativa, **incide sobre o total das receitas auferidas no mês** pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil. (Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014)

§ 1º (...)

Lei nº 10.833, de 2003

Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, com a incidência não cumulativa, **incide sobre o total das receitas auferidas no mês** pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil. (Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014)

§ 1º (...)” (grifos não constam do original)

(...)

29. Atualmente, a Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, mais recente que a IN RFB nº 1.234, de 2012, trata desses institutos jurídicos. Os arts. 23 e 24 desse ato normativo são apresentados a seguir:

“Art. 23. **A pessoa jurídica** tributada pelo lucro real, presumido ou arbitrado **que sofrer retenção indevida ou a maior de IRPJ ou de CSLL sobre rendimentos que integram a base de cálculo do imposto ou da contribuição poderá utilizar o valor retido somente na dedução do IRPJ ou da CSLL devida ao final do período de apuração em que houve a retenção ou para compor o saldo negativo de IRPJ ou de CSLL do período.**

Art. 24. **Os valores retidos na fonte a título da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, quando não for possível sua dedução dos valores a pagar das respectivas contribuições no mês de apuração, poderão ser restituídos ou compensados com débitos relativos a outros tributos administrados pela RFB.**

§ 1º Fica configurada a impossibilidade da dedução de que trata o caput quando o montante retido no mês exceder o valor da respectiva contribuição a pagar no mesmo mês.

§ 2º Para efeitos da determinação do excesso de que trata o § 1º, considera-se contribuição a pagar no mês da retenção o valor da contribuição devida descontada dos créditos apurados nesse mês.

§ 3º A restituição poderá ser requerida e a compensação poderá ser declarada **a partir do mês subsequente àquele em que ficar caracterizada a impossibilidade de dedução de que trata o caput.**

§ 4º **A restituição poderá ser requerida por meio do formulário Pedido de Restituição ou de Ressarcimento, constante do Anexo I desta Instrução Normativa, e a compensação poderá ser declarada por meio do formulário**

Declaração de Compensação, constante do Anexo IV desta Instrução Normativa.” (grifos não constam do original)

(grifos constam do original)

16. Adiciona-se a isso as seguintes regras incluídas na IN RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, pela IN RFB nº 1765, de 30 de novembro de 2017:

Art. 161-A. No caso de saldo negativo de IRPJ ou de CSLL, o pedido de restituição e a declaração de compensação serão recepcionados pela RFB somente depois da confirmação da transmissão da ECF, na qual se encontre demonstrado o direito creditório, de acordo com o período de apuração.

§ 1º O disposto no caput aplica-se, inclusive, aos casos de apuração especial decorrente de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação.

§ 2º No caso de saldo negativo de IRPJ ou de CSLL apurado trimestralmente, a restrição de que trata o caput será aplicada somente depois do encerramento do respectivo ano-calendário.

(...)

Art. 161-C. No caso de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, o pedido de ressarcimento e a declaração de compensação serão recepcionados pela RFB somente depois da confirmação da transmissão da EFD-Contribuições, na qual se encontre demonstrado o direito creditório, de acordo com o período de apuração.

Parágrafo único. Na hipótese a que se refere o art. 57, a restrição de que trata o caput será aplicada somente depois do encerramento do respectivo trimestre-calendário.

16. Observa-se, portanto, que o valor de tributo retido na fonte com base no art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003, quando não for possível sua dedução do valor a pagar do respectivo tributo calculado ao término do seu período de apuração, somente poderá ser restituído ou compensado a partir do mês subsequente ao do término desse período, na forma do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, e após o cumprimento os demais requisitos da norma.

Conclusão

17. Nos termos acima expostos, soluciono a consulta afirmando que:

17.1. Os documentos fiscais devem refletir a realidade dos fatos. Quando da ocorrência de glosa de valores por parte de operadores de planos de saúde, o contribuinte deve adotar medidas suficientes para que a operação de prestação de serviço e a respectiva glosa de valores esteja devidamente comprovada e escriturada;

17.2. O valor da base de cálculo da retenção é o valor bruto da nota fiscal original. Caso haja a emissão de nova nota fiscal, dentro dos limites permitidos pela legislação de regência dos documentos fiscais, a base de cálculo da retenção será o valor constante no novo documento fiscal; e

- 17.3. O valor de tributo retido na fonte com base no art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003, quando não for possível sua dedução do valor a pagar do respectivo tributo calculado ao término do seu período de apuração, somente poderá ser restituído ou compensado a partir do mês subsequente ao do término desse período, na forma do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996.

assinado digitalmente

GUSTAVO SALTON ROTUNNO ABREU LIMA DA ROSA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Chefe da Dirpj

De acordo. Ao Senhor Coordenador-Geral da Cosit, para aprovação.

assinado digitalmente

FÁBIO CEMBRANEL
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da Cotir

Ordem de Intimação

Aprovo a Solução de Consulta. Publique-se e divulgue-se nos termos do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013. Dê-se ciência ao consulente.

assinado digitalmente

FERNANDO MOMBELLI
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Coordenador-Geral da Cosit